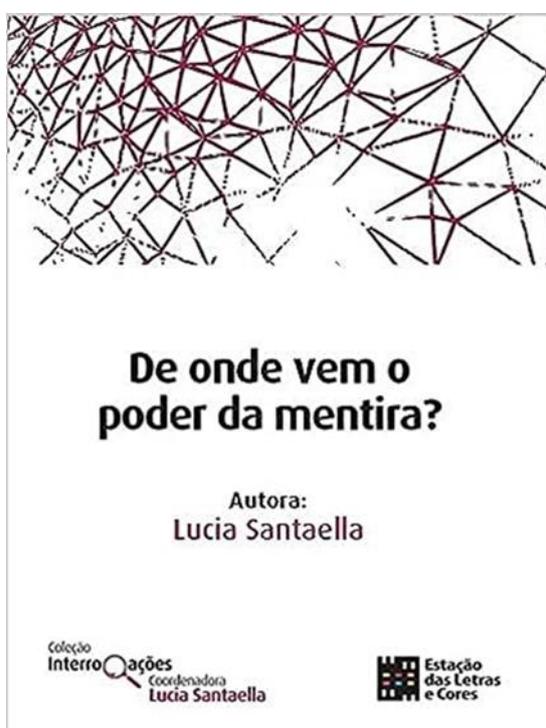


## Verdade e mentira: que relação é essa, afinal?

**Evelyn Christina Peres Barrelin** – Universidade de Sorocaba | Sorocaba | SP | Brasil. E-mail: [evelynbarrelin@gmail.com](mailto:evelynbarrelin@gmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6863-9500>

SANTAELLA, Lucia. **De onde vem o poder da mentira?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2021. 123 p.



Maria Lucia Santaella Braga é docente e pesquisadora brasileira. Possui doutorado em Teoria Literária, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) e livre-docência em Ciências da Comunicação, na Escola de Comunicação e Artes, pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). É professora titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e no Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital e do Centro de Estudos Peirceanos e diretora do Centro de Investigação em Mídias Digitais (CIMID), todos na PUC/SP. Apresenta inúmeras publicações e, para a Coleção Interrogações, da Estação das Letras e Cores Editora, escreveu os livros: A pós-verdade é verdadeira ou falsa? e De onde vem o poder da mentira?, nos anos 2019 e 2021, respectivamente, sendo a última obra objeto desta resenha.

Recebido em: 28/08/2023 | Aprovado em: 28/08/2023 | Revisado em: 23/11/2023  
<https://doi.org/10.22484/2177-5788.2023v49id5285>

De onde vem o poder da mentira?, corresponde a um texto científico baseado conceitualmente no realismo de Charles Sanders Peirce (1839-1914), para o qual o real “[...] não se submete nem se confunde com as nossas fantasias [...] ele existe (p. 13). Refere-se também a uma tentativa de atuar na contramão do fluxo de desinformação proporcionado na e pela revolução digital, assumindo-o como um dos produtos da “[...] indústria disseminadora de signos que mentem” (p. 10).

Para tanto, Santaella discute os conceitos de verdade, mentira, *fake news*, verdade factual e desinformação de um modo particular e interessante: o de dizer o que uma coisa é pelo seu diálogo (detalhamento, comparação e diferenciação) com outros conceitos que poderiam ser equivocadamente assumidos como equivalentes e; pelo reconhecimento de que o significado de alguma coisa é histórico/contextual e, nesse sentido, caminha com o real.

O livro foi organizado, basicamente, em 3 seções: apresentação, capítulos e referências, sendo a seção capítulos subdividida em 5 etapas, ou seja, não é verdade que a verdade não existe, O que é mentira, O que são as *fake news*, A semiótica da verdade factual, e A disseminação da mentira e da desinformação.

Partindo da noção de falibilismo de Peirce, para quem, conforme esclarece Santaella, é a doutrina que considera que nosso conhecimento é permeado de incerteza e indeterminação. O primeiro capítulo do livro - Não é verdade que a verdade não existe-, destaca a importância do conceito de verdade para o ser humano e apresenta seis diferentes caminhos pelos quais se tenta “[...] alcançar a verdade” (p. 12). Esses caminhos referem-se a dimensões da verdade ou a ideia de que esse conceito é sempre relativo a alguma circunstância do real. O primeiro deles se refere à chamada verdade necessária, ou àquela amparada pelo raciocínio lógico-dedutivo, própria do universo da matemática. O segundo faz alusão à verdade provisória ou indutiva, que envolve o modelo de compreensão do real assumido pelas ciências, que faz uso da experimentação com o objetivo de compreender a relação entre a teoria e os fatos. A verdade reflexiva corresponde ao terceiro caminho apresentado pela autora e retrata aquela verdade praticada pela Filosofia e pelo uso do pensamento reflexivo e indutivo. A verdade convencional, acordada com base em sua aplicação no real, corresponde à verdade praticada pelo Direito. Outros caminhos apresentados por Santaella são o da verdade possível, condizente com a arte e literatura, e a verdade factual, ou a verdade dos fatos. A autora encerra esse capítulo, recorrendo às chamadas dimensões psicológicas da verdade.

Como um contraponto ao tópico anterior, no capítulo 2, Santaella aborda o conceito de mentira humana, ao qual atrela a noção de intencionalidade, considerando

que “[...] o ser humano é aquele que mente no sentido estrito do termo, com intenção. Quem mente, tem consciência de que mente. Há uma intencionalidade na mentira” (p. 35). Para clarear a ideia de mentira, apresenta conceitos que guardam parentesco com a mentira e com os quais ela pode ser confundida: erro ou engano, ilusão e fantasia, cinismo e falsificação por preferência. Compreende-se por erro ou engano uma ação que se diferencia da mentira em função da ausência de intencionalidade e enquanto oportunidade de percepção do eu, de nossa insignificância diante do mundo real, o qual não se adéqua às nossas fantasias e à possibilidade de mudança, como fazer de outro jeito, de buscar alternativas. Aos conceitos de ilusão e fantasia atrela-se à noção de desejo, oriundo do mundo do desamparo e da imaginação (o que eu preciso que seja ou gostaria que fosse), ou ainda, como uma resistência frente aos fatos (o que poderia ser, mas não é). Diferenciam-se da mentira por estarem ligados a uma necessidade e/ou motivação particular, por não se pretenderem enganar, mas sim realizar algo relativo ao mundo do desejo. Próximo à ideia de ilusão, tem-se o conceito de cinismo, enquanto uma cisão acrítica entre a fala e a ação, que não apresentam correspondência, e está vinculada à manifestação pública das regras gerais de um grupo, acompanhada pelo seu descumprimento individual, que por não apresentar intencionalidade, difere-se da mentira. Em certa medida, o conceito de cinismo se aproxima da chamada falsificação por preferência, refere-se à ocultação deliberada de valores, sentimentos, desejos e/ou conhecimentos genuínos e particulares com vistas à manipulação do outro ou da opinião pública. Trata-se da hipocrisia ou da não sinceridade humana. A partir desse momento, o conceito de mentira é tomado como referência em si mesmo e suas variações/dimensões abordadas pela autora (mentira piedosa, necessária, obrigatória, justificada e destrutiva).

Ao apresentar e diferenciar as noções de verdade e mentira, bem como as suas possíveis variações/dimensões, Santaella prepara o leitor para a concepção de *fake news*, discutida no capítulo 3. Mencionando os acontecimentos políticos que marcaram a eleição presidencial dos EUA e o pleito do Brexit, no ano de 2016, e cujos desfechos foram atribuídos “[...] à proliferação de notícias falsas que correram pelas redes digitais” (p. 56), demarca o cenário no qual a expressão ganha notoriedade. Trata-se de um contexto no qual “[...] a verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária” (p. 55). De maior importância, tem-se o fortalecimento de preconceitos com vistas à polarização política. A partir desse momento, um conjunto de obras publicadas no Brasil ou traduzidas para o português, entre os anos de 2017 a 2021, a respeito das chamadas *fake news* são apresentadas e comentadas pela autora, destacando a importância do tema no cenário nacional e internacional, seus distintos tratamentos por áreas de conhecimento como a Educação, a Psicologia, o Jornalismo, o Direito, entre outras. A autora expõe também a aparente contradição contida na expressão “*fake news*”. Especificamente, a palavra notícia

encontra-se na contramão de seu qualificador (*fake*), correspondendo ao registro e a transmissão “[...] de algum acontecimento, evento, fato, situação vivida em quaisquer esferas da realidade” (p. 65). Outra particularidade dessa expressão corresponde ao significado da palavra “*fake*”. De origem inglesa, sublima a arte de ser “feito para parecer o que não é” (p. 68), de falsear, enganar ou induzir o outro a crer em algo e, nessa direção, o sentido da palavra “*fake*” não comporta todas as suas aplicações sociais. Nas palavras de Santaella (p. 69), “há uma variedade de *fake news* que vão desde as aparentemente inofensivas até as mais malélicas”, sendo necessário o estabelecimento de sua tipologia (estudo e especificação dos tipos).

Uma proposta de classificação das *fake news*, descrita pela autora, foi publicada no ano de 2018, por Tandoc Junior, Lim e Ling, no artigo “*Defining ‘fake news’: a typology of scholarly definitions*”. Neste artigo, assim como no texto de Santaella, Tandoc Junior, Lim e Ling (2018) destacam os elementos formais que conferem às *fake news* um ar de credibilidade, seja pela escrita, imagem e/ou ainda pelo momento em que são recuperadas para reexibição. Nesta proposta de operacionalização das “notícias falsas<sup>1</sup>”, tem-se a categoria sátira como àquela que faz uso do humor e do exagero na e para a apresentação de informações, que por sua vez, são baseadas em fatos reais e realizadas por comediantes e animadores tendo como objetivo fazer rir; a paródia, como um tipo de *fake news* que se assemelha à sátira, exceto pelo uso de notícias inteiramente inventadas ou não factuais na produção do humor; a fabricação de notícias, como um conjunto de *fake news* que não apresenta base factual, mas que faz uso da aparência das mídias tradicionais com o objetivo de legitimar a informação oferecida, gerando desinformação ou confundindo o leitor; a manipulação de imagens que, pelo uso de *softwares*, modifica uma determinada imagem ou vídeo real seja pela inserção, retirada e/ou alteração de elementos, propagando a desinformação; a publicidade e relações públicas como materiais publicitários, com aparência de notícias novas e genuínas; e, finalmente, a propaganda referente a criação de novas histórias, com vistas a influenciar a opinião pública em benefício de uma entidade. Na sequência, outra classificação é proposta, agora por Santaella; nesta confere-se destaque aos efeitos produzidos pelas *fake news* (dos mais inofensivos aos mais deletérios). O capítulo se encerra com apresentação, por Santaella, da proposta de Wardle e Derakhshan (2018), sobre as expressões: informação incorreta, desinformação e má informação, e conseqüente abandono do termo *fake news*.

---

<sup>1</sup> Tradução de *fake news* para o português, utilizada com o objetivo de tornar o texto mais corrente.

O capítulo 4 - A semiótica da verdade factual-, corresponde ao coração dessa obra. É quando a noção de verdade é discutida à luz da semiótica enquanto “[...] ciência da significação, da denotação e da interpretação dos processos de linguagem e comunicação” (p. 79) e os fatos, na qualidade de acontecimentos da vida ou do mundo, são tomados em si, como dotados de uma realidade concreta, histórica e/ou possuidora de sua existência no tempo e no espaço. Nas palavras de Santaella (p. 79), este é o “único caso em que se pode falar em verdade, contanto que se restrinja à verdade dos fatos”. E completa, que fatos se caracterizam como tal,

[...] porque acontecem no tempo e no espaço. Essa reivindicação da existência dos fatos constitui-se o embrião do realismo peirceano e, para nós, isso importa como fonte para compreender a verdade factual de que se nutre a notícia, no legítimo sentido que a notícia deveria ter e que hoje se encontra pervertida num turbilhão de falsidades e desinformação (p. 82).

Fatos que, segundo Santaella, não se confundem com a notícia. Noticiar corresponde a registrar, comentar e/ou interpretar fatos, corroborando a sua existência e impedindo que se esvaíam no tempo. Este é “o princípio da verdade semiótica das notícias [...] elas não são os próprios fatos. Elas se reportam aos fatos, elas se referem aos fatos” (p. 83). Ao expor esse princípio, Santaella clarifica a função do jornalista e do (bom) Jornalismo “que é cuidar da notícia” [...] selecionar e registrar o fato relevante com a fidelidade que sua competência interpretativa lhe dá [...] atento à insistência do real e de outras determinações que nunca são poucas” (p. 83). É nesse ponto que a autora apresenta a noção de signo ou dos “tipos de referência de que as linguagens [...] são capazes” (p. 85), como uma forma de explicar ao seu leitor como podem as notícias se reportarem aos fatos. Fundamentando-se em Peirce, Santaella expõe três diferentes referências: as possíveis, as existenciais e as gerais, das quais se nutre a linguagem, sendo as existenciais, àquelas “relativas aos discursos factuais, de que a notícia é exemplar” (p. 86). Condiz com o campo no qual a fala e os fatos apresentam uma relação de correspondência, que é dual e na qual “o registro verbal ou visual do acontecimento busca ter uma fidelidade em relação a ele” (p. 86). É nessa relação, entre a linguagem ou signos e os acontecimentos da vida ou fatos, que a verdade factual se encontra e pode ser exigida; por outro lado, é nesse mesmo contexto que a mentira pode ser criada enquanto “uma quebra, um descolamento, uma distorção intencional entre o discurso e aquilo que ele se refere” (p. 86). A partir desse momento, a autora delimita o escopo e os efeitos relativos das chamadas *fake news* e, agora também, das *deepfakes*.

No capítulo 5 - A disseminação da mentira e da desinformação -, Santaella caminha para o encerramento do seu livro e o faz buscando responder à pergunta original, De onde vem o poder da mentira?. Para lidar com esta questão, a autora realiza dois importantes apontamentos, sendo o primeiro relativo à “evolução exponencial da digitalização” (p. 94), enquanto circunstância ou contexto de criação e propagação rápida de “notícias”, por não jornalistas, para um público cada vez maior, com a consequente perda das fontes de informação (artigo caro ao Jornalismo) e ampliação do escopo da mentira e da desinformação e; o segundo, alusivo “à gênese das mentiras & da desinformação” (p. 99).

É neste ponto que a autora recorre a um artigo de Pierce, de 1872, intitulado “A fixação das crenças”, como fonte explicativa “da atual força de permanência da mentira e a consequente disseminação da desinformação” (p. 99). No referido artigo de Pierce, conforme explica Santaella, há quatro métodos ou maneiras de proceder (o da tenacidade, o da autoridade, o método *a priori* e o da ciência) pelas quais a fixação de uma determinada convicção ou crença é mais provável (de forma consciente ou não). Por tenacidade, compreende-se a apresentação insistente e/ou persistente de uma determinada informação, até que esta seja incorporada pelo seu falante/ouvinte (trata-se de uma maneira de proceder individual, baseada naquilo que falamos e repetimos para nós mesmos); o segundo método corresponde à apresentação de informações por figuras de autoridade, resultando em uma convicção gregária, coletiva e obediente. Como um apelo à razão, tem-se o método *a priori*, que simula a intelectualidade, conferindo “expressão ao instinto, que deve ser, ao fim e ao cabo, a causa última de nossas crenças” (p. 102). E, por fim, o método da ciência, caracterizado pelo estabelecimento de aceitação ampla e atenção à “permanência externa das coisas” (p. 103). Santaella encerra seu último capítulo sublinhando o poder da ignorância, enquanto terreno fértil da desinformação, e apresentando a Educação enquanto estratégia ou tática para o seu combate.

O livro recobra o valor da verdade, de seu relativismo e da insistência do real, enquanto caminhos para lidar com a desinformação, esclarece a relação entre verdade e mentira, do ponto de vista factual, delimita a desinformação, enquanto escopo da mentira, presente especialmente nas redes sociais, e oferece uma valiosa contribuição na direção de vislumbrar o papel da Educação no cenário da digitalização e da desinformação.

## Referências

TANDOC JUNIOR, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, London, n. 6, v. 2, 2018. p. 1-17. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2017.1360143?journalCode=rdij20>. Acesso em: 16 maio 2022.